MIGRAÇÃO E IDENTIDADES PÓS-MODERNAS:

Uma abordagem identitária dos empreendedores gastronômicos peruanos

Percy Daniel Arce Santos (UFS)¹¹⁸

Resumo: O presente trabalho visa abordar o fenômeno identitário nos migrantes peruanos com empreendimentos gastronômicos. Se parte da premissa que as identidades tornam-se um elemento mutável que obedeceria a motivos diversos, desde a adaptação a um novo lugar ou território até por motivos de estratégia de negócios. Dita identidade vem desde a relação com o prato, a natureza cultural gastronômica e como o processo de elaboração pode ir modificando a própria identidade inicial por uma diferente e que obedeça ao atual momento e entorno.

Palavras-Chave: Migração, Identidades, Gastronomia.

Abstract: The present work aims to address the identity phenomenon in Peruvian migrants with gastronomic enterprises in the city of São Paulo. It is based on the premise that identities become a mutable element that would obey different reasons, from adapting to a new place or territory to business strategy reasons. This identity ranges from the relationship with the dish, the gastronomic cultural nature and how the elaboration process can modify the initial identity itself for a different one that complies with the current moment and surroundings.

Keywords: Migration, Identities, Gastronomy.

¹¹⁸ Doutorando PPGS UFS.

1 INTRODUÇÃO

A identidade representa um ato criativo e não uma realidade objetiva que precisa ser aprendida. A diferença de tempos passados, o indivíduo da sociedade pós-moderna não possui uma etiqueta identitária concedida ao nascer em função de sua hierarquia social, gênero ou clã familiar. Nesse sentido, As identidades pós modernas, são construções cujas componentes são diversificados, diferentes o que faz difícil de definir e incluso problematizar um conceito de identidade.

Ao longo da vida e com maior ou menor nível de liberdade, o indivíduo será o artífice de si mesmo, recolhendo, adaptando, conhecendo e incorporando modelos, facetas, possibilidades que a sociedade na qual vive oferece. É um ato recreativo a partir das possibilidades culturais que tem a seu alcance na sociedade que faz parte.

O enfoque metodológico priorizado foi a interpretação de relatos de vida, sob a perspectiva da história oral. Procura-se relacionar as subjetividades, as categorias de ordem internacional contemporânea, tendo em vista compreender as práticas, os modos de vida, os enfrentamentos de migrantes mediante a ótica da pluralidade cultural e os confrontos com o mundo globalizado. Assim, por meio destas narrativas vislumbrar tais embates e diferenças. Dito material foi recolhido mediante a realização de entrevistas com questionários de perguntas abertas e fechadas.

Um dos grandes desafios aos que se enfrenta o indivíduo ocidental é chegar a dar uma resposta á pergunta sobre sua própria individualidade, isto é, sua identidade. Trata se de um longo caminho no qual se identificar aquilo que é, ou quem gostaria de ser ou quem deveria ser. Muitas vezes os processos identitários se transformam em uma tarefa pessoal ao mesmo tempo que o social. No pessoal porque tem relação com a pessoa para dar uma resposta que considera válida e social, porque o ser humano é um ser social por natureza e não se constrói de maneira isolada. Assim, no desenho da própria identidade uma pergunta fundamental passa a ser que olhar tem o outro sobre ele mesmo e qual é a imagem (social) que querem oferecer segundo o contexto.

No entanto convém já indicar que quando se fala de identidade não estamos nos referindo a uma estrutura monolítica e rígida; a pretendida identidade é similar um leque de identidades subjetivas nas quais se diferenciam umas mais nucleares e outras mais subalternas e secundarias. Além disso estas identidades se ativam ou entram em jogo mediante hierarquias flexíveis segundo os momentos históricos e as inter relações atuais.

2 DESENVOLVIMENTO

Disponer de uma resposta á pergunta quem sou? E sentir-se, assim, possuidor de uma identidade única e diferenciada serve de ponto de partida e satisfaz a necessidade básica de pertença psicológica. Sentir-se integrante de um grupo neutraliza o medo ao isolamento a partir da realidade de se ver membro de alguma coisa, mas também permite se definir a um mesmo a partir das características que definem ao grupo ao qual um quer pertencer e com o qual se identifica.

De alguma maneira, a identidade nos afasta da solidão e ao vazio existencial. Falar de um mesmo significa, implicitamente, aceitar a existência do outro, um outro que serve á proposta de se responder que é aquilo que se compartilha e aquilo que é exclusivo, essencial e não compartilhado. Durante séculos, colocamos facilmente situar ao outro além de nossas fronteiras físicas (e emocionais) estabelecendo estereótipos simplificadores, mas que produziam a intima tranquilidade de um mundo em ordem.

Não entanto com a modernidade atual tem chegado a necessidade, por exemplo, de reformular o papel que o outro migrante participa na construção de uma identidade complexa. Segundo Chambers (1994) temos de aceitar que a complexidade de um mesmo (e do outro) não podem ser reduzidas a identidades estáticas e tem a necessidade de se abrir a novas poli-identidades cosmopolitas, nas quais cada indivíduo acaba sendo o cruce criativo de marcas culturais, dialetos, costumes, mitos, historias familiares, lembranças históricas ou incluso preferencias culinárias.

Onde nasci, onde vivi e de onde me sinto, passam a ser perguntas significativas para a própria identidade. São significativas porque permitem estabelecer um ponto identitário, em outras palavras, pontos de referência para a construção identitária. Mas deve ser complementado com novas perguntas e respostas e sem cair no erro de pensar que propiciam construções monolíticas ou respostas definitivas. A identidade representa um ato criativo e não uma realidade objetiva que é necessário aprender. A diferença de tempos passados o indivíduo da sociedade pos moderna não possui uma etiqueta identitaria concedida ao nascer em função de seu rango social, género ou clã familiar. Ao longo de sua vida, e com maior ou menor nivel de liberdade, será o artista artífice de si mesmo, recolhendo, adaptando, conhecendo e incorporando modelos, facetas, possibilidades que a sociedade na qual vive lhe oferece.

É um ato criativo a partir das possibilidades culturais que um tem a seu alcance na sociedade onde mora. Como indica Barker (2003) o fato de que as identidades sejam questionadas de cultura e não de natureza não significa que podemos rejeitar sem mais essas

identidades étnicas ou sexuais inseridas pela aculturação e adotar outras novas, pois as identidades são construções sociais, nos constituem mediante as imposições do poder e as identificações da psique.

Porém, também tem que constatar que uma das características de nosso tempo é o aumento de modelos culturais que temos a nossa disposição. Nesse sentido quanto maiores sejam as possibilidades do indivíduo para criar sua própria identidade, mais rica e complexa será esta. Dotar-se de uma identidade passa ser uma tarefa criativa que durará a vida toda; no processo, se perderão elementos de identidades importantes para um momento determinado, porem vazios de conteúdo em momentos futuros, ao mesmo tempo que se incorporam novas facetas, novas possibilidades. Falando da globalização, neste sentido, Baumann (2005) afirma que se tem dado plena liberdade as identidades e agora são os homens e mulheres concretos que tem que usar seus próprios médios e inteligência.

É por isso que talvez poderíamos pensar que a construção identitária deveria sentir-se como algo livre de ameaças e sobre tudo de exigências de lealdade inapelável. Porem a construção identitária tem também umas constringências sociais que estabelecem mecanismos de controle as mudanças identitárias. Podemos tomar como um exemplo a conversão religiosa que para Berger e Luckman (1983) é o protótipo das alterações. A conversão religiosa requerirá em primeiro lugar uma apostasia, um abandono das antigas crenças e em segundo lugar um processo de ressocialização, a assunção de umas novas realidades. Um ambiente familiar, social e cultural favorável á alteração favorecerá a mudança identitária. Porém uma pressão do entorno próximo em contra desta mudança pode implicar um obstáculo importante. Em outras palavras a identidade como resposta a um mesmo e a sua situação no mundo que o rodeia, não deve reduzir a esfera da própria intimidade. Acaba sendo algo que se oferece a outro e que é negociado e renegociado na relação com o outro.

Toda relação acaba representando em última instancia uma apresentação daquelas parcelas de identidade e umas pré definições sobre a identidade do outro, que se acaba cumprindo ou não. Não esqueçamos que as sociedades do passado conferiram um sentimento maior de segurança sobre o futuro de um mesmo ao preço de um escasso

margem de liberdade pessoal. O que se esperava de um mesmo estava bastante definido e resultava emocionante e muito custos pretende sairse das guias que pactuam as ações.

Segundo Baumann (1997) Nas sociedades pós-modernas, ganhamos liberdade aparentemente, renunciando a segurança do passado onde o futuro era mais previsível. Hoje em dia é especialmente importante como nos lembra Marin (2005), trabalhar para conseguir que os indivíduos, em especial os jovens, tenham acesso e desenvolvam o máximo de competências

que possam para viver na pluriculturalidade. Sentir-se competente ante uma nova realidade não só reduz os níveis pessoais de ansiedade, medo e desconfiança, além disso permite o desenvolvimento de uma melhor atitude para escutar e atender ao outro.

A pesar dessa liberdade ganha, tem que ter em consideração que as instituições sociais exercem um controle social sobre as construções identitárias. Como diz Baumann (2005), falando da identidade nacional. A identidade nascida como ficção requereu de muita coerção e convencimento para fortalecer e se estabelecer em uma realidade, e estes dois fatores perpassaram a história do nascimento e evolução do Estado moderno.

Identidade é arraigo e sentido pessoal no mundo. Para o ser humano resulta difícil uma vida situada em um presente sem sentido. De alguma maneira se dar um resposta sobre quem eu sou, como sou e a onde pertenço, permite estabelecer um fio significativo entre o passado (pessoal, familiar e comunitário), o presente e o futuro, porém é um fio difícil de manter: a dificuldade de dar um sentido ao próprio presente se une a necessidade de não renunciar ao passado porque é desde este passado onde se cobra o sentido de nossas ações. Além disso precisamos vincular nosso passado e nosso presente com uma ideia de futuro sobre o qual nos projetamos ou nos imaginamos nos mesmos.

Ter uma identidade e sentir que é reconhecida pelos outros não dão ordem interno e neutraliza o medo que acorda a sensação de caos e incertidumbre. E as comunidades podem precisar de indivíduos “arrumados” na sua identidade, para assim reivindicar-se como comunidades “arrumadas”, expulsando a dissidentes portadores de outras formas de identidade. A identidade é a resposta que nos damos e que nos dão para identificar-nos com a comunidade á que desejamos pertencer como membros de direito reconhecido.

A identificação com as regras sociais dessa comunidade passa a ser a forma de controlar se continuamos pertencendo ou não á comunidade. O perigo de expulsão sempre esta latente e a exclusão do círculo de identidade com o que mais nos podemos identificar implica desarraigo e solidão.

Por outra parte, a configuração do sentido do mundo sempre nos faz algo e sempre nos faz pensar em algo. A construção das identidades por oposição tem sido uma das constantes do pensamento dicotômico. O pensamento ocidental hegemônico conceitualiza a realidade a partir de dicotomias excludentes: cultura, natureza, civilização, barbárie , corpo/alma, sagrado/profano, objetividade/subjetividade, emoção/razão, homem/mulher, nos/eles, etc.

Ao ficar fora do círculo de nos, e outro se chega viver como uma possível ameaça á ordem estabelecida e passa a ser vivio como inimigo, ou mais comumente como uma anedota incomoda ao nos fazer repensar verdades e realidades que se davam por universais. Sua

diferença trás surpresa, pena ou rejeição direta, para muitos autóctones, ainda lhes resulta difícil transformar o medo ante a diferença alheia (a do outro) em um sentimento de indiferença ou ao menos, tranquilidade ante o peso e a diversidade. Talvez estejamos em um momento de passo e de transito onde as antigas formas de construir o sentimento de arraigo e pertença se estejam perdendo para dar passo a identidades fluídas, moveis, inestáveis e menos seguras que as da primeira modernidade.

Tem que fala da identidade como de ficções culturais em continua mudança e movimento; a identidade real supõe a ideia de reinterpretação continua de um mesmo e da realidade que rodeia. A identidade como totalidade já não é possível e temos que aprender a conviver com novas formas fluídas, que mudam, de identidades parciais e talvez ambíguas. A segurança do futuro passa necessariamente por aprender a conviver com a ambiguidade interna. Em relação a isso, Baumann (2005) indica que: um se concencia de que a pertença ou identidade não estão na pedra, não tem garantia de vida, são negociáveis e revogáveis.

O problema que talvez apareça aquí é saber qual é o grau da fluidez identitaria. Não é o mesmo grau de fluidez de outras coisas, porque a fluidez da identidade pode

servir de imagem para entender inquietudes atuais, também tem que ter em consideração que a identidade precisa de um certa consolidação. A densidade do fluxo identitário é um elemento a ter em conta se se quer evitar o risco de indivíduos fluidos que, em última instancia, acabem não sentindo a necessidade de arraigo, pertence ou compromisso. Além disso convém lembrar que não todo o mundo esta em situação de permitir aplicar-se esta fluidez identitaria.

Em um mundo cada vez mais global a pobreza segue sendo a grande humilhação e o conjunto de milhões de pessoas que sobrevivem e mal vivem não tem espaço mental nem possibilidade de escolher entre um leque mais amplo e fluido de modelos identitários. São exemplos viventes de identidades de exclusão, pelos quais o passado relaciona a um presente ou um futuro.

Entre suas muitas prerrogativas, a classe dominante tem além disso, a capacidade de decidir a etiqueta ou identidade de uma maioria excluída. Como nos lembra Baumann (2005). A maioria esta excluída do banquete planetário. Não tem um bazar multicultural para eles. Para alguns a identidade é mais uma carga do que um liquido. Baumann (2005) também indica que a identidade também tem uma estratificação, em um extremo da jerarquia global emergente estão os que podem compor e descompor suas identidades mais ou menos a vontade, tirando do fundo de ofertas extraordinariamente grande do alcance planetário.

O outro extremo está cheio daqueles aos que foi proibido o acesso á eleição de identidade, gente a que não se da voz nem voto para decidir suas preferências e que ao final

cargam com o peso da imposição de identidades por parte dos outros, identidades que podem ser até conflitivas, mas que não se lhes permite despojar, identidades com estereótipos, que humilham, que desumanizam, que estigmatizam.

2.1 As Coerções Identitárias

Atualmente a não identidade é vista como uma anomalia psicológica ou social. A pessoa sem identidade pessoal ou sem referente grupal de pertencimento é situada na marginalidade sobre isto mesmo Bauman (2005) afirma que o significado da classe inferior seria a ausência da identidade, a desfiguração até a anulação da individualidade.

Galbraith (2000) aponta a mesma ideia quando faz referência ao desenvolvimento de uma subclasse funcional dentro dos países desenvolvidos, concentrada nas grandes cidades, membros de grupos minoritários e excluídos pela sociedade autóctona, mas enormemente úteis para a manutenção de uma cultura de satisfação: Este sistema, o dispor desta admitida subclasse, tem outras claras vantagens. Se resulta inessária, se pode enviar a seu país ou, como é mais frequente, negar a entrada.

Galbraith (2000) avisa de que não podemos esperar uma atitude passiva e submissa dos integrantes desta subclasse funcional e isso porque cada vez mais são conscientes de que classe beneficiária (ou seja, nós) não vamos permitir facilmente seu movimento ascendente, o que vai provocar graves situações de conflito social. Talvez o exemplo mais clamoroso, de ausência de identidade, seja a construção identitária dos ilegais. Em momentos a imprensa dá um tratamento simplificador, homogeneizador e criminalizador de certas minorias étnicas migrantes.

Esta discriminação leva a denominar como os ilegais aqueles migrantes que não têm permissão de residência. É possível pensar que este adjetivo ilegal é atribuir a ilegalidade a um caso determinado. Quando se sustantiva uma conduta ilegal não se está simplesmente determinado. Quando se sustantiva uma conduta ilegal não se está simplesmente determinando uma ação, mas que se reifica o ser de um coletivo. É precisamente a identidade deste coletivo, que por outro lado é muito dispar o que se define. Com a palavra migrante se transmite o subtexto de que sua condição de recém chegado jamais finaliza. Incluso como uma espécie de código genético, esta condição se transmite às gerações vindouras. Assim se fala de migrantes de segunda e terceira geração, quando em realidade estas pessoas não se mudaram nunca e, se, é que fosse necessário identificá-las de alguma maneira seriam de segunda geração ou mais.

2.2 Gastronomia e Identidade

A cozinha típica de um território não somente é expressada a partir de ingredientes, sabores ou aromas, mas também das condições históricas dos vínculos econômicos e das relações sociais que permitiram sua gênese e desenvolvimento.

Efetivamente, os pratos reconhecidos como tradicionais de uma região estão inferidos por um saber culinário herdado de gerações passadas. Precisamente sobre este

fundo se inscreve esta pesquisa nos pratos típicos do Perú e como isto é incorporado não somente na parte da alimentação, mas também como o saber de uma prática cultural que faz parte do sentido identitário de um povo.

A gastronomia pode ser considerada prática, pode ser considerada uma espécie de habitus específico como produto de práticas corporais que deixam marcas em cada preparação culinária. Na cozinha tradicional o corpo se involucra profundamente nos alimentos e cobre o espaço e tempo de cozinhar, questão que ultrapassa os objetos.

A experiência, a história, os saberes culinários dos cozinheiros, formam parte de suas identidades, produzem e ao mesmo tempo reproduzem suas práticas alimentares de maneira do que Bourdieu denomina um habitus específico, neste caso um habitus culinário? de cozinha. (Não se esqueça do livro “A distinção – uma anatomia do gosto”). Neste livro, Bourdieu fala do gosto de maneira geral, que se aplica aos esportes, às vestimentas e à culinária também.

Dito isto, é possível entender que quando falamos de tradição não concebemos a mesma como um conceito estático, nem do ponto de vista romântico, mas como uma articulação que conjuga nas práticas o presente e o passado, no sentido bourdussiano, o passado que revive como sentido prático no presente.

Cada ação dos cozinheiros em seu território tem uma razão de ser, suas práticas são lógicas, entendendo este termo como a coerência entre aquilo que se quer fazer e aquilo que se pode e se deve fazer porque não tem outra forma correta e possível de fazer para alcançar determinado objetivo reduzindo a energia e os recursos em circulação.

Para atuar sensatamente, o sujeito deve estar provido de uma sólida estrutura objetiva encarnada no corpo em forma de princípios de percepção, disposição e ação que permita ser sensível às contingências do jogo social, prever melhor o curso da ação para anteceder ela no momento preciso e tirar o melhor proveito, saber os limites de sua prática e fazer uso do senso comum para compartilhar com os outros os significados socialmente construídos. Pierre Bourdieu chama a sincronização corpo, razão e prática como o sentido prático, o qual se encontra inserido dentro do jogo social.

Dalí que a antecipação é a chave do habitus da cozinha, das mulheres entrevistadas. Como dito anteriormente, o conhecimento, a experiência, a antecipação faz parte dos sujeitos. Ditas características se encontram depositadas em seus corpos em forma de estrutura do pensamento, do sentir e do atuar sobre a realidade. Pierre Bourdieu

denomina a isto habitus, conceito de uma longa tradição teórica que em seu posicionamento teórico adquire um definitivo sentido relacionado com o corporal. Não existe dúvida de que a comida é um dos principais espaços de produção da cultura dos povos. Ao redor desta se misturam todos os elementos que compõem a sociedade, desde os aspetos ecológico – produtivos com base na relação que estabelecem os seres humanos como o entorno que lhes dá o sustento, até os aspetos simbólicos como as percepções, as valorações e os usos sociais derivadas de sua obtenção, intercambio, preparação e consumo.

No Perú, as práticas alimentares são estabelecidas dentro de um sistema simbólico, expressivo e sensorial, complexo e dinâmico, transformando-se em referentes de identidade regional e nacional. É um universo que contém uma série de expressões e elementos derivados e identificáveis, como por exemplo técnicas e utensílios de origem ancestral para a produção e conservação de alimentos, insumos nativos, modos de preparação específicos, mecanismos de distribuição, contextos de consumo, usos sociais e especialistas.

É através da realização conjunta de todos estes elementos, e no marco de processos históricos e ambientais acontecidos no território, que se estabelecem as características que lhe conferem particularidade à cozinha no Perú.

Quando se fala de gastronomia étnica, estas se sustentam em uma milenária tradição de saberes e usos, cuja principal função foi a domesticação e a gestão dos recursos naturais e condições ambientais próprias do território peruano.

No processo histórico do território peruano se pode apreciar que as populações fizeram a gestão para seu sustento de três tipos de diversidade: a biológica, a geográfica e a cultural. No caso da diversidade biológica do Perú é interessante. Segundo Imarpe (2008) O litoral peruano conta com um número considerável de flora e fauna marinha o que permite uma grande variedade de peixes e frutos do mar.

A particularidade das práticas alimentares peruanas na atualidade se deve também à continuidade histórica de um conjunto de elementos culturais distintivos entre os que destacam as formas de organização social, os mecanismos de produção e distribuição, os contextos festivos e rituais, e a tradição oral nos que a comida funciona seja como eixo articulador, como referente de identidade, como objeto para ser valorado ou como conteúdo para ser comunicado.

A vigência desta cultura tem sido possível devido ao trabalho de homens e mulheres que tem sabido preservar e transmitir os conhecimentos e tecnologias comprometidas nos distintos âmbitos sociais que conformam as complexas rotas que conectam a produção de insumos com o prato de comida. Ao longo da história, os diferentes grupos que tem habitado o território peruano foram aportando á variedade da cozinha através do aproveitamento da biodiversidade e através de sua interação, as vezes conflitiva e outras harmoniosas.

Estas tendências que articulou a diversidade cultural com a biodiversidade e suas manifestações derivadas encontra no contexto atual, onde se promove a criatividade e a diferença cultural, um cenário propicio para incorporar e reelaborar elementos externos para a continua recriação de dita diversidade.

Deste modo a gastronomia peruana tem conseguido manter sua particularidade e um sentido de distinção frente a outras tradições do mundo, sem renunciar á herança local. No marco de uma história caracterizada por uma sequencia de encontros culturais diversos devido ao processo de conquista assim como a importantes fluxos migratórios, a tradição culinária no Perú se tem constituído em um lugar de criação cultural.

Um prato que expressa este fenômeno é o cebiche. Segundo Hinostroza (1999) Crônicas coloniais fazem referencia a uma preparação pre hispânica do peixe e banhado em frutas acidas. No entanto dito prato teve variações ao longo da história, além de adicionar outros insumos como a pimenta, também ganhou a presença do limão e cebola que chegaram com os espanhóis durante a colônia. É Durante a república e finalmente no contexto atual que o prato alcança uma identidade que poderíamos chamar peruana, e adquire o reconhecimento de prato nacional.

Nesse sentido distintos grupos sociais, nativos e de origem estrangeira, também se tem encontrado o espaço para negociar seu reconhecimento social e seu espaço próprio. Um exemplo disso é a herança da gastronomia vinda dos afrodescendentes, discriminada pela sociedade em tempos coloniais e republicanos, e somente restrita a comunidades de escravos, soube se posicionar na esfera pública com a liberdade permitindo chegar a outras esferas sociais e a inserção econômica deste grupo.

O principio de gestão da diversidade cultural muitas vezes se viu opacada nos marcos dos regímenes coloniais e republicanos. Segundo Marzal (2011) Durante a colônia se implementaram políticas a distinto nivel que procuravam a homogeneização da população indígena e sua aculturação.

Segundo Basadre (2005) durante a república a agenda por constituir uma nação unificada esteve regida pela ideologia da mestiçagem. Este discurso buscava o reconhecimento de uma identidade peruana a partir da fusão de diferentes culturas existentes no país.

A presença no território nacional de grupos provenientes e descendentes de Europa, África e Ásia, com suas respectivas dinâmicas culturais e identidades, a par das identidades indígenas regionais que persistiram, configuraram um complexo sistema social ao mesmo que compartilhavam e incorporavam elementos uns dos outros.

Se bem o discurso da mestiçagem impulsionado pela elite governante admitiu a diversidade de heranças históricas e culturais, acabou por incluir um tipo particular de identidade, excluindo elementos e manifestando as diferenças culturais de muitos grupos que formavam parte da população existente. Apesar disso não foi possível criar uma identidade nacional única e homogênea, restando uma série de espaços abertos que permitiram a continuidade de tradições locais e regionais, assim como o surgimento de identidades emergentes. A gastronomia é um destes espaços.

Atualmente a globalização e as tensões entre a homogeneização e recriação da diversidade, e entre alienação e reivindicação da identidade, origina que os estados nacionais levem a cabo uma reestruturação de sua identidade nacional. Segundo Degregori (2004) o Peru é um dos lugares se processa este contraponto entre a imposição do produto, símbolos e valores transnacionais com a apropriação da tecnologia, insumos e práticas locais.

Nesse sentido, é a través das práticas gastronômicas e o princípio do uso do diverso que é possível responder aos desafios da globalização e se tenta configurar uma sociedade inclusiva. Desde o âmbito da cozinha esta procura implica um processo de auto avaliação focado na reestruturação do gosto, em outras palavras conhecer e se reconhecer como nação multicultural a través da experiência e a experimentação dos sabores.

Os peruanos atravessam um momento em que pensam e experimentam novas formas de ser e de sentir a peruanidade, gostam de sua gastronomia, consomem, difundem e convidam. Apela à diferença à salvaguarda frente ao risco da homogeneização com os processos vertiginosos da globalização e a recuperação de um sentido, uma contribuição à redução da discriminação e racismo, através de uma gastronomia multicultural, diversa e criativa.

No contexto do auge da cozinha peruana, o desafio das políticas públicas do Estado se encontra precisamente em construir um princípio articulador da diversidade cultural e biológica de sua defesa e de vincular reconhecimento e redistribuição. Nesse sentido o potencial da gastronomia peruana é considerável. No plano nacional é possível perceber as possibilidades de desenvolvimento humano que abrem um recurso cultural como a gastronomia e que se identifique esta prática como algo autêntico e próprio.

Em tal sentido, distintos agentes nacionais organizam suas iniciativas de afirmação identitária e de desenvolvimento humano em torno as manifestações de seu patrimônio

culinário, seja através de competências de comidas típicas, de feiras gastronômicas, de concurso dos melhores produtos agrícolas, de iniciativas empresariais ou da emergência de narrativas identitárias e discursos públicos que através de publicações, programas de televisão, conversatório e propostas de turismo interno encontram na gastronomia o espaço para se descobrir como nação diversa. Neste esforço participam distintos agentes, como as multiplex instancias do governo, a empresa privada, os pequenos produtores e os micro empreendedores, os pesquisadores e universidades, os publicitários, médios de comunicação e os próprios consumidores nos âmbitos doméstico e público.

A través da cozinha se abre a possibilidade de valoração da cultura, a oportunidade de que os saberes tradicionais sejam resgatados e de que os agentes que ostentam ditos saberes sejam reconhecidos como os gestores destas praticas gastronomicas. No marco dos problemas de sustentabilidade e segurança que acarretan as mudanças ecologicas e a concentração do capita, a gastronomia favorece que a comunidade peruana se reconheça em sua diversidade cultural, ao mesmo tempo que conforma um campo de ação em defesa da diversidade dos campos indicados.

No contexto atual em que os esforços por imaginar por imaginar e constituir uma identidade nacional passam pelo reconhecimento da diversidade, nesse sentido, não surpreende que a gastronomia peruana se constituya como a plataforma principal para o intercambio cultural em uma sociedade heterogenea.

2.3 A gastronomia como elemento de identidade

Segundo Fisher (1995) os insumos, as receitas, as formas de apresentação e incluso os lugares e momentos nos que se consome a comida estão sempre cargados de conteúdo e valoração que lhe são atribuídos socialmente. Ditos conteúdos e valorações são referidos as pessoas que produzem os insumos, preparam e comercializam os pratos e aos proprios consumidores. Portanto,segundo Coe (2004) a comida cumpriria a função social de classificar, unificar e distinguir aos distintos grupos sociais que conformam uma comunidade maior.

No caso peruano, as praticas alimentares não se reduzem a um conjunto de repertorios representativos de um grupo em particular, mas que ela em sua totalidade constitui um campo de disputa e de ação social e histórica. Através dela diversos grupos sociais vai definindo elementos, seja preservando repertorios ou inovando criativamente, resisitindo a vezes os modelos hegemonicos e padronizantes.

As praticas alimentares no Perú sao constituídas como o testimonio único de uma tradição da cultura viva. É possível indicar um conjunto de pratos e bebidas peruanas que são expressões com identidade regional e nacional propria e que são o resultado de tres processos:

a) a resistencia e continuidade ao longo da historia de uma serie de ingredientes, formas de preparo e usos sociais que tem arraigo na tradição culinaria desenvolvida no territorio peruano e que tem conseguido ter lugar e sentido para as populações do presente.

b) A transformação dinâmica através de processos de hibridação, apropriação e ressignificação de diversos setores da sociedade peruana e que incluem desde os esforços dos setores populares, ate os criadores do prato.

c) A reprodução de espaços culturais e sociais nos quais a comida tem vigencia e guarda sentido como objeto de intercambio, medio de expressão ou referente de identidade

É possível identificar a existencia de um conjunto de pratos e bebidas que dão expressão a uma cultura alimentar com base no principio de gestão e valoração da diversidade biológica e cultural. Nesse sentido, a proteção dos mesmos através de sua visibilização, a transmissão das receitas e formas de preparo, a documentação e valoração pública de seus usos sociais constituem uma forma de inculcar uma cultura de respeito pela diversidade cultural.

Por outra parte, segundo Luciano (1993), a través da comida, os grupos socialmente segregados conseguem uma promoção redefinindo o conteúdo e o significado que tinham para realizar uma mudança devido a suas expressões culinarias ou conquistando o gosto das elites. Em tal sentido, para Santisteban (1995) se usa a gastronomia como medio para fortalecer identidades e contornar os preconceitos existentes.

Nesta dinâmica que tem contribuído historicamente á conformação da diversidade culinaria no Perú. Em tempos pre hispanicos existiram práticas vinculadas ao consumo de alimentos que simbolizavam o nivel de confiança, como pro exemplo, convidar chicha (bebida peruana similar a suco, o que constituía uma forma de selar tratados e acordos entre distintas pessoas e povos. No entanto, a comida pode ser ver para unificar e simbolizar encontros e consensos, assim como para estabelecer distinções. Em certos momentos tem sido o medio para separar, segregar ou diferenciar uns de outros através do consumo de determinados alimentos.

Segundo Jimenez (1953) o consumo ostentoso de alimentos no antigo Perú serviu como meio para alcançar prestígio e ajudava na manutenção de uma posição social privilegiada. Os incas tinham rigorosas leis em relação á comida, controlando e diferenciando aquilo que podiam comer a gente comum do que podia comer as elites governantes.

2.4 Migração e Identidade

A sociedade peruana se caracteriza por uma alta mobilidade e dinamismo migratório. Se bem na atualidade esta mobilidade foi devido à necessidade de procurar novas e melhores condições de vida, também se pode explicar em termos da herança de uma lógica cultural e social que se tem desenvolvido em torno ao já mencionado princípio de controle e gestão de uma importante diversidade ecológica e cultural.

Os deslocamentos das populações (momentâneos ou permanentes) não significam uma ruptura ou quebra das relações sociais, econômicas e políticas com suas origens, os quais se mantêm vigentes e são renovadas através de festas, ritos ou cargos políticos. Segundo Altamirano (1996) a migração implica o trânsito de um conjunto de referentes culturais e modos de relação com o meio que se devem adaptar a um novo contexto.

Nesse sentido, são incorporados novos elementos, se mantêm e fortalecem muitos dos prévios, sendo a cultura alimentar e a reprodução de seus repertórios e valores, um dos exemplos mais visíveis. Os grupos de migrantes que foram chegando às cidades se organizaram formando clubes e associações, cuja finalidade foi criar espaços nos quais seja possível recriar ou comemorar distintos aspectos de suas culturas originárias (religião, festas, aniversários, etc).

Ao mesmo tempo são estratégias para não perder os vínculos com seus povos e seus familiares, ao mesmo tempo que se formam laços que ajudam à adaptação psicológica, laboral e emotiva dos recém chegados. Segundo Altamirano (2000), estas associações como um modo de sustentar-se organiza reuniões, festas e celebrações, nas quais à par da celebração mesma se vende a comida peruana. Desta maneira, se abriram paulatinamente, nas grandes cidades, espaços onde é possível recriar a cultura, que Canclini (2003) chama de processo de territorialização.

São através destas associações e as redes que estas criaram, assim como a iniciativa privada de alguns de seus membros, as cozinhas regionais ingressam ao mercado, no começo a um entorno social específico para logo se adaptar ao mercado local de maneira plena. Isto é chamado de Consumo Cultural.

Este consumo cultural pode favorecer à criação de novos tipos de identidades que não necessariamente são próprias do origem do migrante. No caso da gastronomia étnica apela-se a uma ancestralidade que não necessariamente é verdadeira ou originária, devido a que muitos migrantes têm formação ocidental assim como provêm de cidades com tendência ocidental. Nesse sentido, a ancestralidade seria um recurso que possibilitaria um diferencial para destacar-se ou posicionar-se frente a outros concorrentes.

3 CONCLUSÃO

Dentro dos migrantes é possível observar diversos elementos recriados a partir da cultura peruana. Existem aqueles elementos que transitam ali inseridos ou presentes no cardápio, o visual do prato, em outras palavras, essa recriação da pos modernidade individual presente.

Considero que existe um ponto de partida que seria uma lógica do mercado, devido a que a logica do mercado é fundamentada no individualismo e no consumo e essas pessoas que vivem do negocio dos restaurantes ou gastronomia etnica, querem se inserir naquele mundo, onde oferecem algo diferente ao tradicional ou ocidental. Elas usam a ancestralidade como um signo de valor recriado, não é necessariamente um signo de ancestralidade, de ser peruano, de morar nos Andes, ou estar relacionado a rituais de vida indigena, mas esta no capitalismo, nas areas urbanas, ser uma pessoa com capacidade de recriação com extrema originalidade; em outras palavras ele se apresenta (ou representa) como peruano por uma questão monetaria, economica. Ele é peruano porque usa a trajetoria pessoal dele como articulação, como medio, como propaganda para conseguir um signo que traz uma diferença ou destaque.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Teófilo *Remesas y nueva fuga de cerebros*. Impactos transnacionales. Lima: PUCP, 2000

_____ *Liderazgo y organizaciones de peruanos en el exterior*. Lima: PUCP, 1996

BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Perú*. Lima: El Comercio, 2005 BAUMAN, Zygmunt. *Identidad*. Madrid: Losada, 2005

DEGREGORI, Carlos Iván *Enciclopedia temática del Perú N° 14: Diversidad Cultural*. Lima:, Editora el Comercio, 2004

FISCHLER, Claude *El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995

CANCLINI, Néstor. *Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*. México: Editorial Grijalbo, 1995

GALBRAITH, John.Kenneth. *La cultura de la satisfacción. Los impuestos, ¿para qué? ¿Quiénes son los beneficiarios?*. Barcelona: Ariel. 2000

HINOSTROZA , Gloria. *Cocinas Regionales Peruanas*. Lima: USMP, 1993

JIMENEZ BORJA, Arturo 1953 La comida en el Antiguo Perú. En: Revista del Museo Nacional, 1993

MARZAL, Manuel 1988 “Persistencia y transformación de ritos y sacerdocio andinos en el Perú”. 1988